



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017**

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de 2017, o Município de Senador Firmino, através da Pregoeira, designada pela Portaria nº 003/2017, lavra a presente **Ata de Registro de Preços (ARP)**, referente ao processo Licitatório nº 008/2017, Pregão nº 006/2017, Registro de preços nº 003/2017, que objetiva o registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo (gêneros alimentícios), com entrega diária, observados as especificações, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2017.

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **SUPERMERCADO IRMÃOS CARVALHO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.083.306/0001-09, com sede na rua Antonio Bras, nº 318 - centro, CEP 36.540-000, no Município de Senador Firmino-MG, neste ato representada pelo(a) Sr(a). David Caetano Fernandes de Carvalho, portador(a) da Cédula de Identidade nº MG-1.724.412 SSP/MG e CPF nº 454.193.706-97, cuja proposta foi classificada no certame.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo (gêneros alimentícios), com entrega diária, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Unit.	Total
01	50	kg	ABACATE		4,60	230,00
03	150	Unid	ABACAXI FRUTA		4,50	675,00
04	44	kg	ABOBRINHA		2,25	99,00
05	32	molho	AGRIAO		3,55	113,60
06	230	kg	ALHO		15,38	3.537,40
07	85	kg	AMEIXA FRUTA		7,40	629,00
11	1879	pacote	AÇUCAR - contendo 5 quilos.	trympo	11,45	21.514,55
12	330	pacote	ACUCAR REFINADA LIGHT 500GR	união	3,89	1.283,70
13	340	pacote	ACUCAR REFINADA 1 KG	união	3,80	1.292,00
14	130	frasco	ADOCANTE 100 ML	assugrim	2,25	292,50
20	60	lata	AMEIXA CALDA 150GR	ole	6,65	399,00
21	60	pacote	AMEIXA SECA AROMA PCTE 200G	ole	4,90	294,00
23	100	pacote	AMENDOIM 500GR SEM TORRAR	anchieta	4,58	458,00
27	65	kg	APRESUNTADO FATIADO KG	Pif-paf	12,50	812,50
29	35	lata	AZEITE LATA DE 200ML	faisão	4,60	161,00
35	3700	kg	BANANA		3,20	11.840,00



36	80	kg	BATATA BAROA (AMARELA)		9,80	784,00
37	1620	kg	BATATA INGLESA		2,50	4.050,00
38	120	pacote	BATATA PALHA 300G	feita	6,08	729,60
41	60	kg	BERINJELA		3,15	189,00
42	40	kg	BETERRABA		3,70	148,00
45	350	caixa	BISCOITO DOCE DE AMIDO DE MILHO DE 2 KG	mara	11,95	4.182,50
48	210	unid	BROCOLIS		2,25	472,50
51	20	pote	CANELA POTE 30GR	pereira	2,60	52,00
52	20	unid	CANELA AROMA EM CASCA 7 GR	sabor	1,10	22,00
54	220	pacote	CANJQUINHA DE MILHO 500 G	pereira	1,45	319,00
61	50	unid	CASTANHA DE CAJU 100G	yorki	9,70	485,00
62	182	unid	CATCHUP 400 GR	pereira	2,95	536,90
63	150	kg	CEBOLA DE CABEÇA		2,30	345,00
64	120	kg	CENOURA		3,35	402,00
71	120	kg	COXINHA DE FRANGO	Pif-paf	10,90	1.308,00
73	280	pote	CREME DE ALHO 340GR	anjo	3,65	1.022,00
74	410	pote	CREME DE ALHO 680GR	anjo	6,80	2.788,00
80	120	lata	DOCE DE LEITE EM PASTA LATA 800 GR	servulo	12,80	1.536,00
81	08	vidro	ESSENCIA DE BAUNILHA 25ML	Fine line	3,60	28,80
89	190	pacote	FAROFA DE MANDIOCA SABOR BACON 300GR	pereira	2,48	471,20
90	200	pacote	FAROFA MANDIOCA TEMPERADA 500G	Kodilar	4,80	960,00
91	190	pacote	FAROFA DE MANDIOCA TRADICIONAL 500GR	pereira	4,20	798,00
99	300	kg	GOIABA		5,65	1.695,00
101	60	kg	INHAME		5,75	345,00
102	18600	frasco	IOGURTE	servulo	1,48	27.528,00
103	30	kg	JILO		3,35	100,50
104	250	kg	LARANJA		2,60	650,00
105	520	litros	LEITE DESNATADO DE 1 LITRO	servulo	2,57	1.336,40
106	13600	litros	Leite intgral Pasturizado ou UHT	servulo	2,77	37.672,00
113	35	pacote	LOURO EM FOLHA AROMA PCT 3 GR	sabor	1,00	35,00
115	260	kg	MAMÃO		3,65	949,00
116	80	kg	MANDIOCA		2,90	232,00
117	140	kg	MANGA		4,45	623,00
118	300	kg	MARACUJA		8,40	2.520,00



119	500	kg	MELAO		4,95	2.475,00
120	120	kg	MEXERICA POKAN KG		2,80	336,00
126	350	pote	MANTEIGA POTE 500G	caboré	13,90	4.865,00
127	120	pote	MANTEIGA POTE 200G	caboré	5,58	669,60
129	80	unid	MASSA PASTEL 50 unid	lentine	4,05	324,00
130	2250	kg	MELANCIA		2,40	5.400,00
134	240	frasco	MOLHO DE ALHO 150ML	pereira	2,40	576,00
135	40	frasco	MOLHO INGLES 150ML	pereira	2,08	83,20
136	20	frasco	MOLHO P/ SALADA 235ML	Santa amalia	4,80	96,00
138	45	kg	MORTADELA 1KG	aurora	9,60	432,00
139	60	kg	MORANGA		2,65	159,00
140	300	duzia	OVOS	Granjas getibá	4,40	1.320,00
144	60	kg	PEPINO		2,60	156,00
145	460	kg	PERA		9,60	4.416,00
146	160	kg	PIMENTAO VERDE		3,80	608,00
148	150	kg	REPOLHO		2,68	402,00
149	50	kg	PRESUNTO KG	Pif-paf	17,40	870,00
150	45	kg	PRESUNTO FATIADO KG	Pif-paf	17,80	801,00
151	50	kg	QUEIJO MUSSARELA KG	servulo	20,00	1.000,00
152	50	kg	QUEIJO MUSSARELA FATIADA KG	servulo	22,00	1.100,00
160	830	unid	Suco de 01 litro: Água, suco concentrado de manga	Bela ischia	6,65	5.519,50
161	736	unid	Suco de 01 litro: Água, suco concentrado de uva	Bela ischia	8,70	6.403,20
162	720	unid	Suco de 01 litro: Água, suco concentrado de CAJU	Bela ischia	6,90	4.968,00
164	120	kg	SALSICHA	Pif-paf	6,90	828,00
166	400	kg	TOMATE		3,25	1.300,00
167	30	kg	UVA FRUTA		9,45	283,50
169	40	kg	VAGEM MANTEIGA		8,60	344,00
					Total	184.681,65

1.1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

02.03.04.122.0052.2020.3.3.90.30.00 – Administração
02.05.12.122.0052.2036.3.3.90.30.00 – Sec. Educação
02.10.10.122.0052.2054.3.3.90.30.00 – Sec. Saúde
02.06.12.361.0251.2039.3.3.90.30.00 – Merenda ensino fundamental
02.06.12.365.0251.2045.3.3.90.30.00 – Merenda ensino infantil



- 02.10.10.301.0203.2058.3.3.90.30.00 – Saúde da família
- 02.10.10.301.0203.2059.3.3.90.30.00 – NASF
- 02.10.10.301.0210.2063.3.3.90.30.00 – Unidade médica posto saúde
- 02.10.10.303.0052.2075.3.3.90.30.00 – CAPS
- 02.10.10.304.0246.2077.3.3.90.30.00 – vigilância saúde
- 02.11.15.122.0052.2078.3.3.90.30.00 – Sec. Obras
- 02.11.15.452.0504.2080.3.3.90.30.00 – Limpeza pública
- 02.12.26.782.0052.2086.3.3.90.30.00 – Sec. Transporte
- 02.12.26.782.0710.2087.3.3.90.30.00 – Estrada vicinais
- 02.13.20.122.0052.2088.3.3.90.30.00 – Sec. Agricultura
- 02.13.20.606.0668.2092.3.3.90.30.00 – Viveiros muda
- 02.14.27.812.0721.2098.3.3.90.30.00 – Sec. Esportes
- 02.15.08.244.0052.2101.3.3.90.30.00 – Sec. Assistência social
- 02.16.08.244.0125.2105.3.3.90.30.00 – CRAS
- 02.18.08.243.0122.2116.3.3.90.30.00 – Conselho tutelar
- 02.20.15.452.0504.2121.3.3.90.30.00 – Usina de reciclagem
- 02.03.06.181.0102.2028.3.3.90.30.00 – Policia militar

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O órgão gerenciador será a Setor de Compras.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4 CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportUnid. de negociação.



4.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5 CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1 O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1 Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5 Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3 Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6 CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 6.2



da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

6.1.1 Os produtos deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas contados a partir do recebimento de Ordem de Entrega.

6.1.2 O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

6.2 O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3 Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.4 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.6 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7 Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1 Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos.

8 CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O prazo para pagamento será efetuado em até o décimo dia útil do mês subsequente, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, mediante comprovação de entrega do objeto licitado.

8.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará



pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.4 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

9 CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Com fundamento no artigo 28 do Decreto nº. 5.450/2005 ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital e de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da contratação, a licitante que:

10.1.1 Deixar de entregar documentação exigida no edital; Apresentar documentação falsa; Ensejar o retardamento da execução do seu objeto; Não mantiver a proposta; Falhar ou fraudar na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo; Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.2 Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo diploma legal.

10.3 Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste termo de referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:



- 10.3.1 até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- 10.3.2 a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).
- 10.4 O fornecedor ficará sujeito ainda a:
- 10.4.1 Advertência;
- 10.4.2 Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar por período de até 02 (dois) anos;
- 10.4.3 Ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada
- 10.5 Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro;
- 10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.7 Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.
- 10.8 Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.
- 10.9 A rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais ou serviços, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material ou serviços não entregues.
- 10.10 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima serão recolhidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura, pelo inadimplente à conta dessa Prefeitura ou descontados dos pagamentos devidos à Licitante Vencedora, a critério da Administração, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente à diferença será cobrada na forma da lei.
- 10.11 A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela licitante adjudicada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para completa execução das obrigações.
- 10.12 Para os fins do item 13.1.1 reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.



11.2 Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2017 e a proposta da empresa.

11.4 O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Senador Firmino-MG, com exclusão de qualquer outro.


Senador Firmino, 13 de fevereiro de 2017.


Antonio Donizeti Durso
Prefeito Municipal
Contratante


SUPERMERCADO IRMÃOS CARVALHO LTDA-EPP
David Caetano Fernandes de Carvalho
Contratada

Testemunhas:


Ana Claudia de Oliveira Gomes de Barros
CPF: 112.395.936-60


Magno Jose de Barros
CPF 601.105.206-10